

O Turismo Indígena e sua Influência no Desenvolvimento Local Sustentável: Um Estudo na Reserva Indígena São Marcos - Roraima

CRISTIANE DO NASCIMENTO BRANDÃO

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO - FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
EAESP

cristianne.brandao@gmail.com

JOSÉ CARLOS BARBIERI

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado

Jose.Barbieri@fgv.br

CRISTINA DE MOURA JOÃO

Fundação Getúlio Vargas

crismoura81@gmail.com

O Turismo Indígena e sua Influência no Desenvolvimento Local Sustentável: Um Estudo na Reserva Indígena São Marcos - Roraima

Resumo

Pesquisadores têm debatido os efeitos do turismo sobre as culturas indígenas. Para os povos indígenas, o turismo traz efeitos positivos como oportunidade de desenvolvimento econômico, melhoria na qualidade de vida e emprego. Por outro lado, pode gerar efeitos negativos, como a destruição da cultura e degradação do meio ambiente. Iniciativas baseadas nos princípios do desenvolvimento local sustentável são incentivadas de modo a preservar aspectos culturais, ambientais e econômicos das comunidades. Utilizando-se abordagem qualitativa, essa pesquisa teve como objetivo analisar a influência do turismo no desenvolvimento local sustentável das comunidades indígenas da Reserva Indígena São Marcos. Como resultado, verificou-se que o turismo é organizado e coordenado pelos próprios indígenas, sem qualquer apoio da FUNAI ou qualquer outro órgão governamental. O turismo proporcionou incremento na renda dos moradores, bem como novos postos de trabalho. Segundo os indígenas, a infraestrutura incipiente e a falta de regulamentação do turismo em área indígena, são consideradas os principais entraves para o crescimento da atividade. Apesar dos desafios encontrados, os povos indígenas entendem que o turismo tem colaborado para o desenvolvimento local das comunidades.

Palavras chave: Turismo sustentável. Turismo indígena. Desenvolvimento local.

Abstract

Researchers have been debating the effects of tourism on indigenous cultures. For indigenous people, tourism brings positive effects as an opportunity for economic development, improvement on life quality and employment. On the other hand, it also can produce negative effects, such as destruction of the culture and the environment degradation. Initiatives based on the principles of sustainable and local development are encouraged in order to preserve cultural, environmental and economic aspects of communities. Using a qualitative approach, this study aim to analyze the influence of tourism on local sustainable development of indigenous communities of São Marcos Indigenous Reservation. As a result, it was found that tourism is organized and coordinated by themselves without any support from FUNAI or any other governmental agency. Tourism provided an increase in the income of residents as well as new jobs. According to them, the incipient infrastructure and lack of regulation of tourism on indigenous land are considered the main obstacles to the growth of activity. Despite the challenges faced, indigenous people understand that tourism has contributed to the development of local communities.

Keywords: Sustainable tourism. Indigenous tourism. Local development.

INTRODUÇÃO

O turismo indígena vem se consolidando no contexto internacional e tem sido amplamente divulgado, prova disso é o aumento das pesquisas científicas sobre este campo de estudo. Weaver (2010) comenta que as pesquisas sobre turismo indígena têm crescido em diversos países, como Nova Zelândia, na Austrália, no Canadá e nos Estados Unidos, entretanto, ainda são poucos os estudos realizados na América do Sul.

No Brasil, o Ministério do Turismo, priorizou doze segmentos, a saber: turismo cultural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo náutico, turismo de pesca, turismo de esportes, turismo social, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural e turismo de saúde (Brasil, 2007). Nota-se que dentre os segmentos priorizados, não está contemplado o turismo indígena, apesar de existirem diversas iniciativas espalhadas pelo país. Contudo, por serem poucos os estudos empíricos acerca dessa temática, não se sabe ao certo como o turismo indígena vem sendo desenvolvido.

Pesquisadores têm debatido os efeitos do turismo sobre as culturas indígenas (Hinch & Buttler, 1996; Smith, 2006; Zeppel, 2006; Weaver, 2010), e concluem que para os povos indígenas, a introdução do turismo traz efeitos positivos como oportunidade de desenvolvimento econômico, melhoria na qualidade de vida e emprego. Por outro lado, pode gerar efeitos negativos, como a destruição da cultura e degradação do meio ambiente. Como forma de mitigar os efeitos negativos e incentivar suas influências positivas, o conceito de turismo sustentável vem ganhando popularidade. Além disso, iniciativas baseadas nos princípios do desenvolvimento local sustentável vêm sendo incentivadas de modo a preservar os atributos físicos e ambientais, econômicos e socioculturais das comunidades de acolhimento. Nesse contexto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a influência do turismo no desenvolvimento local sustentável das comunidades indígenas da Reserva Indígena São Marcos.

A reserva indígena São Marcos está localizada ao Norte do estado de Roraima. Nela, vivem 49.637 indígenas divididos em dez etnias, são elas: Macuxi, Wapixana, Ianomami, Taurepang, Waimiri/Atroari, Way Way, Mayongong, Yekuana, Ingariko e Patamona. O interesse em pesquisar esse grupo indígena, se deu em função de sua conduta empreendedora. Nos últimos anos, os indígenas passaram introduzir atividades que viabilizassem a sua sustentabilidade econômica, bem como a preservação de sua cultura. O turismo indígena, objeto desta análise, foi escolhido como atividade capaz de promover o desenvolvimento local sustentável de diversas comunidades indígenas.

Importante mencionar que a aproximação de megaeventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, abrem novas perspectivas para o turismo no Brasil. Os benefícios poderão ser percebidos pelas diversas áreas, como meios de hospedagem, indústria gastronômica, agências de viagem, organizadoras de eventos, taxistas, guias, locadoras de automóveis, dentre outros, todos serão contemplados com o giro da economia. Nesse contexto, o momento é propício para transformar os recursos turísticos existentes nas diversas regiões do país em produtos turísticos efetivos, de forma a proporcionar a sustentabilidade da atividade, além da valorização e proteção do patrimônio natural, cultural e o respeito às diversidades regionais. Pode ser a oportunidade para ampliar os segmentos do turismo, e posicionar o turismo indígena como parte do portfólio do turismo brasileiro.

O trabalho está organizado em cinco seções incluindo esta introdução. A seção seguinte aborda os aspectos teóricos que embasaram a pesquisa, na sequência apresenta-se a metodologia do estudo, os resultados encontrados, e por fim, as considerações finais.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Desenvolvimento Sustentável

Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD], pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas [ONU]. O trabalho dessa comissão resultou no relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, conhecido também como “Relatório Brundtland”. Lançado em 1987, abordou a necessidade um novo modelo de desenvolvimento capaz de compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental. Assim, define-se desenvolvimento sustentável como aquele que satisfaz as necessidades e as aspirações do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações terem satisfeitas as suas necessidades (CMMAD, 1991). Foi a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento [CNUMAD], realizada no Rio de Janeiro em 1992, que a expressão desenvolvimento sustentável ganhou popularidade (Barbieri, Vasconcelos, Andreassi, & Vasconcelos, 2010).

Para Lélé (1991, p. 613), o movimento desenvolvimento sustentável “não foi capaz de desenvolver um conjunto de conceitos, critérios e políticas coerentes ou consistentes, tanto do ponto de vista interno como da realidade social e física”. Barbieri, Vasconcelos, Andreassi, e Vasconcelos (2010) também mencionam as dificuldades para colocar em prática os conceitos associados ao desenvolvimento sustentável.

Diante da complexidade e da amplitude que envolve o tema desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) desmembrou a sustentabilidade em seis dimensões, a saber: ambiental, social, econômica, cultural, espacial e política. A sustentabilidade ambiental envolve medidas para reduzir o consumo de recursos naturais e a produção de resíduos e utilização de tecnologias limpas. A sustentabilidade social tem o objetivo de melhorar substancialmente as condições de vida das populações, reduzir as distâncias entre os padrões de vida dos grupos sociais e garantir os seus direitos. Sustentabilidade econômica diz respeito à alocação e gestão eficiente dos recursos, de modo que se promova prosperidade para todos com o menor custo possível e sem infringir os direitos da população (Sachs, 1993). Já a dimensão cultural busca concepções endógenas de desenvolvimento que respeite as particularidades das diferentes culturas. A sustentabilidade espacial que trata de uma configuração, rural e urbana, mais equilibrada e de uma melhor distribuição do território. Finalmente a dimensão política da sustentabilidade diz respeito aos direitos e as garantias de todos os povos, como a liberdade de associação, de expressão, de acesso às informações, enfatizando, de modo geral, a importância da democracia e da cidadania (Sachs, 2000). Ressalta-se que cada uma das dimensões ainda que sejam desagregadas para facilitar o entendimento acerca do desenvolvimento sustentável, não podem ser desenvolvidas isoladamente, pois estão inter-relacionadas.

Uma forma de operacionalizar as propostas do desenvolvimento sustentável, é a segmentação por atividades ou por setores, dessa maneira, verifica-se sustentabilidade na construção civil, na arquitetura sustentável, finanças sustentáveis, e porque não mencionar no turismo sustentável (Brandão, Barbieri, & Reyes, 2011), que será comentado mais tarde.

Desenvolvimento local sustentável

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, da Assembleia Geral da ONU, estabeleceu o direito ao desenvolvimento, como inalienável do ser humano (Resolução 41/128 de 1986). De acordo com a declaração, todas as pessoas e todos os povos têm o direito de participar e contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e político, e de beneficiar-se desse desenvolvimento, de modo que todos os direitos e liberdades

fundamentais do homem possam ser realizados plenamente. Sendo assim, o desenvolvimento é condição para que todos os demais direitos humanos possam ser exercidos plenamente.

Compartilhando dessa mesma visão, Buarque (2006, p. 25), conceitua o desenvolvimento local como “um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Para o autor, deve-se mobilizar e explorar todas as potencialidades locais, a fim de que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no contexto social, econômico e ambiental, tornando-se assim, consistente e sustentável (Buarque, 2006). Da mesma forma, para Perez e Carrillo (2000) apud Spinola (2006), desenvolvimento local é o processo que dinamiza a sociedade e ativa a economia com o aproveitamento dos recursos endógenos existentes, de modo a estimular o crescimento econômico, sob a forma de criação de emprego, geração de riqueza, e melhoria na qualidade de vida da população local.

Segundo o consenso geral da Oitava Rodada de Interlocução Política do Conselho da Comunidade Solidária, “Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável” é uma forma de promover o desenvolvimento que torne possível a sustentabilidade das comunidades, de maneira que estas sejam capazes, não apenas de suprir suas necessidades imediatas, mas principalmente que possam descobrir suas vocações e potencialidades transformando-as em benefícios locais (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 1996). Assim, o desenvolvimento local sustentável refere-se a uma nova dinâmica econômica, não apenas preocupada com a criação de novos postos de trabalho, mas como uma forma de construir um modelo de desenvolvimento mais sustentável.

O desenvolvimento local sustentável deve abranger as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e político institucional. Tendo como prioridade a melhoria na qualidade de vida das comunidades e o alcance de um *modus vivendi* mais sustentável (IPEA, 1996). Nessa perspectiva, a integração do turismo pode ser compatível com as condições sociais, ambientais e econômicas de comunidades indígenas, desde que o planejamento e gestão da atividade ocorram de modo participativo, e contemple a constituição de um poder endógeno por parte das comunidades capaz de torna-las auto gerenciadas e autônomas (Spinola, 2006).

Nesse sentido, Jara (1998) conclui que o desenvolvimento local sustentável é uma estratégia que permite visualizar perspectivas concretas de desenvolvimento humano, de segurança alimentar e de saúde, descobrindo ou despertando as vocações locais e as potencialidades específicas. Por esse mesmo viés, Acereza (2002) salienta que o turismo poderia contribuir para a geração de novos postos de trabalho, utilizando-se turisticamente dos recursos culturais e naturais disponíveis. Entretanto, o autor acrescenta que deve-se checar previamente as reais possibilidades de o turismo ser usado como fator de desenvolvimento local. Isso vai depender da pré-disposição da comunidade, da disponibilidade de atrativos, dentre outras questões. Além disso, para que o desenvolvimento seja duradouro, deve trazer melhorias concretas e permanentes.

Turismo sustentável

O Relatório Brundtland, mencionado anteriormente, formalizou o conceito de desenvolvimento sustentável como uma questão global, assim, essa expressão tem se expandido para abranger todas as formas de desenvolvimento e atividades econômicas, incluindo o turismo.

Na década de 1990, foram elaborados pelo *Tourism Concern*, os princípios do turismo sustentável, que de acordo com Simmons (1999), sugere uma gestão compartilhada que envolve: melhoria da qualidade de vida da população local; desenvolvimento do turismo em conjunto com outras atividades econômicas do local; diversificação da economia local e

práticas comprometidas com as gerações futuras. A partir de então, a expressão “turismo sustentável” tornou-se frequente e passou a incluir e reconhecer a importância das comunidades locais no seu processo. Hunter e Green (1995) acrescentam que o conceito de sustentabilidade foi constituído com a intenção de equilibrar a relação entre turismo e meio ambiente. Segundo os autores, deve haver um compromisso para que os conflitos entre as partes interessadas possam ser minimizados e, que o planejamento deve ser elaborado e executado de maneira que a viabilidade da indústria em longo prazo seja preservada. Nesse sentido, Swarbrooke (2000) e Byrd (2007) concordam que o desenvolvimento do turismo sustentável inclui o objetivo de alcançar um nível de harmonia entre os diversos *stakeholders* a fim de desenvolver uma qualidade de vida duradoura.

Atualmente, a definição mais utilizada na literatura de turismo sustentável foi desenvolvida pela Organização Mundial do Turismo [OMT], que o define como: o turismo que contribui para a gestão de todos os recursos de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e ambientais possam ser satisfeitas, mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte de vida (OMT, 2005).

Turismo Indígena

A Agenda 21 possui capítulos específicos dedicados às populações indígenas e suas comunidades. A Seção III, Capítulo 26 da Agenda 21 reconhece que as populações indígenas e suas comunidades têm uma relação histórica com suas terras, e em geral, descendem dos habitantes originais dessas terras e desenvolveram durante muitas gerações conhecimento tradicional e holístico dos recursos naturais e do meio ambiente.

Da mesma forma, o Artigo 8 da Convenção da Biodiversidade (CDB) estabelece que os Estados membros da Convenção devem “respeitar, preservar e manter o conhecimento, as inovações e as práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”.

A inserção de atividades econômicas, a exemplo do turismo, em áreas indígenas deve levar em conta os princípios e objetivos dos documentos mencionados acima e o que se entende por turismo sustentável (Brandão, Barbieri, & Reyes, 2011). A definição mais aceita de turismo indígena foi elaborada por Hinch e Butler (1996, p. 9), que o definem como "atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos, quer através do controle ou por verem a sua cultura servir como a essência da atração”.

De acordo com Hinch e Butler (1996), as investigações científicas acerca do turismo indígena surgiram a partir da década de 1970, com trabalhos da área de antropologia. Na década de 1990, o campo foi situado no contexto de desenvolvimento econômico estratégico, que aperfeiçoou e analisou a relação entre comunidades indígenas, áreas protegidas e ecoturismo (Smith, 2006). Após esses dois períodos o turismo indígena passou a ser moldado de forma mais explícita no contexto da sustentabilidade. Esse campo de estudos evidencia, conforme Hinch & Butler, 1996 e Smith, 2006, a necessidade de uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar em sua evolução, tendo em vista a crescente participação de geógrafos, economistas, sociólogos, ecologistas, políticos, dentre outros cientistas sociais.

METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como exploratório-descritivo, pois descreve e analisa a maneira que o fenômeno ocorre, bem como suas características e natureza. A estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso, que segundo Creswell (2010) possibilita uma investigação que preserva as características holísticas e significativas dos acontecimentos da vida real. Essa estratégia de pesquisa contribui com o conhecimento de fenômenos

individuais, organizacionais, políticos, sociais, grupais e relacionados, suscitados pelo desejo de compreender fenômenos sociais complexos (Creswell, 2010).

Nessa pesquisa, de abordagem qualitativa, foram realizados três procedimentos de coleta de dados, a saber: entrevistas, observação e análise de documentos. Foi utilizada a entrevista estruturada para que cada entrevistado tivesse a mesma oportunidade de responder as perguntas. Na entrevista estruturada o entrevistador utiliza um cronograma de entrevista formalmente estruturado, e deve fazer a pergunta exatamente como foi formulada (Berg, 2004). O roteiro de entrevista, composto de trinta questões, foi construído com base na revisão da literatura apresentada anteriormente. Conforme Flick (2009) as perguntas devem ser norteadas pela teoria.

A entrevista foi aplicada face a face, de maneira individual. Por meio delas, também foi possível identificar todos os atores-chave envolvidos direta ou indiretamente no turismo indígena. Ao todo foram entrevistadas 40 pessoas, com duração média de 50 minutos cada. As entrevistas foram gravadas com a devida autorização de cada entrevistado, como recomenda Flick (2009). Depois foram transcritas, revisadas e lidas, para ter uma percepção geral das informações e refletir sobre seu significado. Os entrevistados foram classificados de E1 até E40.

Durante todo o período da pesquisa, também foi realizada a observação não participante. Segundo Alves-Mazzotti (1998) os comportamentos a serem observados não são predeterminados, mas são observados e relatados da forma como ocorrem, visando a descrição e compreensão do que está ocorrendo numa dada situação. Tendo em vista que a equipe de pesquisa ficou por sete dias em cada uma das três comunidades, foi possível acompanhar a rotina dos moradores, seus costumes e práticas. Durante o período na comunidade, realizou-se registro dos dados por meio de notas de campo, que foram digitadas e comparadas com os dados gerados por meio da entrevista. Também foram coletados diversos documentos (projetos, relatórios oficiais, normas e leis, atas de reuniões, pareceres, jornais, etc), pois segundo Creswell (2010) documentos podem esclarecer muita coisa sobre os princípios e normas que regem um determinado grupo, suas relações com diferentes subgrupos. Essa etapa foi importante, pois o material também foi selecionado e relacionado aos dados provenientes das entrevistas e das observações.

Os dados foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977) é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, seja ela escrita ou falada. A organização da análise foi realizada da seguinte maneira: 1) realizou-se a pré-análise do material, que consiste na escolha e organização do mesmo; 2) exploração do material, que trata das operações de classificação, categorização, codificação e enumeração do material; e 3) tratamento dos resultados obtidos e interpretação, que se refere a tornar os dados significativos e válidos (Bardin, 1977).

Seguindo-se a sequência descrita acima, foram criadas três categorias e dez subcategorias de análise. Para Bardin (1977) “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero”. Em outras palavras, as categorias são as classes que reúnem um grupo de elementos, aqui denominadas subcategorias. As subcategorias foram devidamente codificadas, que segundo Bardin (1977), é o processo em que os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, que permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo. Em seguida, foram escolhidas as unidades de registro, que são as unidades de significação a codificar. As unidades de registro foram codificadas por meio de temas, que conforme menciona Bardin (1977, p.106) “são utilizados como unidades de registro para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, crenças e tendências”, bem como, a respostas a questões abertas de entrevistas individuais ou em grupo.

A fase seguinte consistiu na definição da unidade de contexto, que “é a unidade de compreensão para codificar a unidade de registro” (Bardin, 1977, p.106). Em outras palavras, servem para compreender as unidades de registro. Posteriormente, seguiu-se com a enumeração das unidades de registro, acrescentando o número “1” quando a resposta estava presente e “0” quando ausente. Este procedimento facilitou a etapa de contagem das respostas, que foi realizada por meio de frequência. A etapa seguinte foi a interpretação dados e posteriormente a discussão dos mesmos. Ressalta-se que as falas dos respondentes, nas citações diretas e sem recuo de parágrafo, estão grafadas em itálico para melhor visualização.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A presente seção apresenta a análise dos dados coletados e a discussão dos resultados. Primeiramente apresenta-se uma breve contextualização sobre as áreas protegidas no Estado de Roraima e sobre a reserva indígena São Marcos, local em que foi realizada a pesquisa.

Roraima possui pouco mais de 90% do território do Estado composto por áreas protegidas, ou seja, áreas em que o desenvolvimento do comércio e da indústria é restrito, como mostra a Tabela 1. Deste modo, restam apenas 21.718,87 Km² de área produtiva do Estado, totalizando 9,68% das terras (Roraima, 2009), ou seja, a área que permite o desenvolvimento de comércio, agricultura ou indústria é pequena e traz dificuldades para o desenvolvimento econômico local. O turismo desponta como uma atividade possível de ser aplicada em áreas de preservação e surge como uma possibilidade plausível e sustentável para o Estado. Deste modo, tendo em vista que as áreas de Reserva Indígena, IBAMA e do Ministério da Defesa não podem receber atividades econômicas tradicionais, o que restringe o desenvolvimento do Estado, reforça-se a importância do turismo como atividade econômica alternativa.

Tabela 1:
Áreas Protegidas no Estado de Roraima

Descrição	Área (Km ²)	Área ocupada no Estado (%)
Reservas Indígenas	103.443,17	46,12
Áreas de Preservação	15.879,08	7,08
INCRA ¹	81.509,25	36,34
Ministério da Defesa	1.748,61	0,78
Total	202.580,11	90,32

Nota: ¹Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. (2009). Anuário Estatístico de Roraima 2009. Boa Vista: CGEES/SEPLAN/Roraima.

A Reserva Indígena São Marcos situa-se ao Norte do Estado de Roraima, foi criada por Decreto Legislativo nº 312/1991 (Brasil, 1991). É a maior em extensão de terras já demarcadas em área de campos naturais (ou lavrado, como é chamado localmente), sendo a única cortada por rodovia federal asfaltada, e possui uma extensão total de 654.110 hectares (Roraima, 2009). A criação desta Reserva indígena remonta à história da colonização do Rio Branco pelos portugueses e coincide com a introdução da pecuária nos campos naturais da região (Fundação Nacional do Índio [FUNAI], 2003).

O interesse em realizar a pesquisa nas comunidades dessa reserva indígena, se deu em função de elas apresentarem certa autonomia com relação à decisão de desenvolver o turismo indígena. O interesse pela atividade partiu das próprias comunidades. Outra razão, é que há

pelo menos dez anos as aldeias tem se destacado no Estado de Roraima, como as primeiras comunidades indígenas a participaram das oficinas do Programa Nacional de Municipalização do Turismo [PNMT], na década de 1990 e em 2001 das oficinas do Programa de Ecoturismo da Amazônia [PROECOTUR], programas do Governo Federal que tinham como objetivo fomentar o turismo e o ecoturismo, desenvolvidos pelo Ministério do Esporte e Turismo e Ministério do Meio ambiente, respectivamente.

De maneira independente as comunidades seguiram firmes no propósito de consolidarem-se como destino turístico. Assim, as lideranças das comunidades solicitaram capacitação para o turismo junto à Secretaria Estadual de Turismo e ao SEBRAE/Roraima. Desse modo, as comunidades foram atendidas com cursos os seguintes cursos: Qualidade no atendimento ao turista; Guia local; Boas práticas na manipulação de alimentos; Técnicas de primeiros socorros, dentre outros, realizados entre 2002 e 2007. Mais tarde, em 2008, as comunidades da Reserva São Marcos também receberam curso de Planejamento do turismo, oferecido pelo Ministério do Meio Ambiente. Após esse período não foi registrado nenhuma outra capacitação.

O caso das comunidades da reserva São Marcos é emblemático, dado que as mesmas apresentam um perfil empreendedor. Mesmo com todos os entraves, como a ausência de regulamentação do turismo indígena, despreparo na atuação da Fundação Nacional do Índio [FUNAI], ausência de apoio do poder público em priorizar o turismo, infraestrutura incipiente, dentre outros fatores, elas continuam trabalhando com o turismo, recebendo grupos pequenos e pouco frequentes. Ficou evidente a crença de que o turismo indígena pode contribuir para a geração de emprego, renda e melhoria na qualidade de vida da população.

A partir da realização de entrevistas em três comunidades indígenas da reserva São Marcos, os dados foram transcritos, depois sistematizados e formaram uma base de dados. Em seguida esses dados foram categorizados, totalizando três categorias, a saber: 1. Caracterização do turismo nas comunidades indígenas; 2. Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas; 3. Influência do turismo no desenvolvimento local sustentável. Posteriormente, as subcategorias e unidades de registro foram codificadas e analisadas.

A Tabela 2 refere-se à categoria Caracterização do turismo nas comunidades indígenas, e está dividida em três subcategorias, são elas: CT_1. Tempo de atuação no turismo; CT_2. Divulgação do turismo; CT_3. Apoio dos Governos Federal, Estadual, Municipal e FUNAI.

No que se refere ao CT_1. Tempo de atuação no turismo, 17 respondentes informaram que tem entre seis a dez anos de atuação, conforme explica o entrevistado E31, *“A gente trabalha no turismo há pelo menos dez anos, desde quando recebemos o primeiro curso de Municipalização do turismo. Só que precisamos encontrar o caminho para dar continuidade, porque potencial nós temos”*. O entrevistado mencionou o Programa de Municipalização do Turismo, criado e executado pelo Ministério do Esporte e Turismo. O programa foi concebido no ano de 1994 e, tinha como objetivo à conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação de monitores municipais, de modo que despertassem e reconhecessem a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, além de conciliar o crescimento econômico com a preservação e conservação do patrimônio natural, histórico e cultural, e contaria com a participação e gestão das comunidades (Brasil, 2004). Grande parte dos entrevistados participou das oficinas do programa.

Outros 15 entrevistados responderam que tem mais de 11 anos de atuação no turismo, conforme menciona E24 *“A discussão para introduzir e incorporar o turismo/ecoturismo como uma possível atividade de geração de renda, teve início em 2000. No ano seguinte, iniciamos as primeiras operações”* (E24). Por fim, 7 pessoas informaram que não sabem ao certo.

Com relação a subcategoria CT_2. Divulgação do turismo obteve-se as seguintes respostas: 8 pessoas afirmaram que a divulgação é feita pelos próprios moradores, como confirma E31 “*A divulgação é feita por nós mesmos. Quando vamos à cidade, aproveitamos para ir até as escolas de turismo e convidamos os alunos que se interessam em fazer visitas técnicas*”. Depois, 12 respondentes disseram que os próprios turistas são quem divulgam a comunidade a outras pessoas, conforme pontuam os entrevistados E5, “*A divulgação é feita pelos próprios turistas, que quando gostam do passeio divulgam para outras pessoas*”; e E21 “*Através da divulgação boca a boca. Os turistas levam a notícia sobre os atrativos para outros visitantes e então começa a aparecer mais pessoas*”.

Outros responderam que a divulgação é feita pela agência de turismo (4 pessoas); por meio de redes sociais como *facebook* e *twitter* (3 respondentes) e; material impresso e guia turístico (conforme 2 entrevistados). Conforme os entrevistados E14: “*Temos divulgado por meio de guia turístico, no site da agência de turismo e por meio de mídias sociais.*”; e E19, “*Temos contato direto com agência de turismo, que traz o turista até a comunidade. Na comunidade os turistas são recebidos pelos condutores, que repassam as orientações necessárias para o turismo acontecer.*”

Tabela 2:
Caracterização do turismo nas comunidades indígenas (CIs)

CATEGORIA 1	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL
Caracterização do turismo indígena	CT_1. Tempo de atuação no turismo	Entre 1 e 5 anos.	0	0	0	0	0	0	1	1
		Entre 6 e 10 anos	0	1	1	0	0	0	0	17
		Mais de 11 anos.	0	0	0	0	1	1	1	15
		Não sabem ao certo.	0	0	1	1	0	0	0	7
	CT_2. Divulgação do turismo	Feita pelos próprios moradores	0	1	0	0	1	1	0	8
		Turistas indicam a outros (boca a boca).	0	1	1	0	0	0	0	12
		Mídias sociais (facebook, twitter).	0	0	0	0	0	1	0	3
		Agência de turismo.	1	0	0	0	0	0	0	4
		Material impresso / guia turístico.	0	0	0	0	0	1	0	2
		Não sabe informar ou não é divulgado	1	1	0	0	0	1	0	11
		Regulamentação e apoio ao turismo indígena.	1	1	1	1	0	1	1	28
	CT_3. Apoio dos Governos Federal, Estadual e Municipal e FUNAI	Melhoria na infraestrutura em geral (estradas, energia elétrica, saneamento).	1	0	1	0	0	0	1	17
		Acesso a linhas de crédito e financiamento para o turismo.	0	1	0	0	0	0	1	12
		Autonomia nas decisões quanto a introdução de atividades econômicas nas comunidades.	1	0	0	0	0	0	1	10
		Elaboração e implementação de política pública para o turismo indígena. Tanto em nível nacional, quanto em nível local.	1	0	0	0	0	0	0	6

A subcategoria CT_3. Apoio dos Governos Federal, Estadual, Municipal e FUNAI, traz os temas mais frequentes relacionados ao apoio que os indígenas esperam dos órgãos governamentais. O mais comentado foi a Regulamentação e apoio ao turismo indígena, abordado por 28 respondentes. O entrevistado E17, por exemplo, diz que “*o Governo e FUNAI poderiam ajudar com regularização do turismo, poderiam apoiar a atividade no Estado e cooperar com as comunidades indígenas*”.

Já o tema Melhoria na infraestrutura das comunidades indígenas, especificamente estradas, energia elétrica e saneamento, foi mencionado por 17 pessoas. Como o entrevistado E5 que faz a seguinte afirmação: “*Gostaríamos de ter mais apoio do Governo Federal no sentido de regulamentar o turismo; do Governo Estadual para providenciar melhorias na nossa estrada e facilitar o acesso a financiamento para o turismo*” (E5). No mesmo sentido, o entrevistado E6 diz que,

O governo federal poderia regularizar a situação do turismo indígena, para que a gente tenha mais segurança ao trabalhar. O governo estadual tem que melhorar a

infraestrutura, como pontes, estradas e saneamento, pra que a gente não fique isolado durante o período das chuvas (E6).

O tema Acesso a linhas de crédito e financiamentos para o turismo, foi citado por 12 pessoas. Já a temática Autonomia nas decisões foi mencionado por 10 pessoas, como se observa na fala do entrevistado E16:

Governos e FUNAI deveriam apoiar mais nossa vontade de trabalhar com turismo, porque foi uma maneira muito boa que encontramos de gerar emprego e aumentar a renda. O índio não quer depender do governo, não. Quer ter autonomia sobre sua vida e sua terra. (E16).

Por fim, 6 pessoas mencionaram a Elaboração e implementação de política pública para o turismo. Nesse contexto, cabe mencionar a fala do respondente E15,

Precisamos, acima de tudo, do apoio dos governantes tanto federal, estadual, como municipal e também da FUNAI. Que todos eles tivessem a mesma consciência que nós temos hoje, que é necessário o desenvolvimento econômico, sociocultural e ambiental de cada comunidade indígena, porque dessa forma, nós (índios e brancos) estaremos nos ajudando mutuamente, principalmente na área de preservação ambiental. Nós precisamos de infraestrutura e da regulamentação do turismo, pois sem a regulamentação a gente vai ficar se sentindo como se tivesse trabalhando de maneira ilegal. (E15).

A categoria seguinte aborda o Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas, divide-se em três subcategorias, a saber: DT_1. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do turismo; DT_2. Posicionamento da FUNAI com relação ao turismo indígena e; DT_3. Capacitação para o turismo, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3
Desenvolvimento do turismo nas comunidades indígenas (CIs)

CATEGORIA 2	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL
Desenvolvimento do turismo indígena	DT_1. Dificuldades encontradas	Infraestrutura insuficiente.	0	1	0	1	1	1	0	20
		Falta apoio e incentivo do poder público e órgãos indígenas.	1	0	1	0	0	0	1	12
		Condições de acesso precárias.	1	0	0	0	0	1	0	9
		Burocracias quanto a regulamentação do turismo.	0	0	0	0	0	0	1	9
		Falta de planejamento para a atividade.	1	0	0	0	1	0	0	6
	DT_2. Posicionamento da FUNAI	A comunidade tem autonomia para escolher o que fazer. A FUNAI não pode impedir.	1	0	0	0	0	0	0	11
		Não impede, mas também não apoia o turismo.	1	0	1	1	0	0	0	10
		Nas primeiras tentativas de implantar o turismo, a FUNAI alegou que era proibido.	0	1	0	0	1	0	0	9
		A FUNAI não proíbe, mas tem a preocupação com relação a organização e a forma como o turismo vai ser desenvolvido.	0	0	0	0	0	0	1	7
		FUNAI sempre coloca barreiras diante do turismo, alega que a legislação não permite.	0	1	0	0	0	0	1	6
DT_3. Capacitação para o turismo	Maioria dos que atuam no turismo tem capacitação.	1	0	0	1	0	1	1	15	
	Capacitação acontece desde 1995, iniciaram com as oficinas de Municipalização do turismo da EMBRATUR.	0	1	1	0	0	0	0	10	
	Os que atuam na coordenação do turismo já fizeram vários cursos. Mas precisam de atualização.	1	0	0	0	1	0	0	10	
		Os jovens precisam de capacitação.	0	1	0	1	0	0	1	6

Na primeira subcategoria, DT_1. Dificuldades encontradas no desenvolvimento do turismo, o tema mais frequente, mencionado por 20 pessoas, diz respeito à infraestrutura insuficiente para se trabalhar no turismo. Conforme explica o entrevistado a seguir:

A infraestrutura é necessária, principalmente a energia elétrica. Por conta disso é que não construímos ainda o nosso restaurante, essencial para o tipo de atividades e serviços que oferecemos. Precisamos também construir nossas pousadas, mas dependemos também da energia, para oferecer maior conforto aos turistas. Como complemento vem o centro de recepção, que será bem organizado, com estrutura de recepção, espaço de primeiros socorros, etc. Tudo interligado a internet. Para nós, que já temos articulação com o mundo, essa comunicação é básica. (E24).

Outros temas frequentes foram: a falta de apoio e incentivo do poder público e dos órgãos indigenistas, com 12 respondentes; condições precárias de acesso e burocracias quanto a regulamentação do turismo, abordados por 9 pessoas cada um. A falta de planejamento para a atividade, foi comentada por 6 entrevistados.

A subcategoria DT_2 reflete a opinião dos respondentes quanto ao posicionamento da FUNAI diante do turismo nas comunidades indígenas. As respostas mais frequentes foram: A comunidade tem autonomia para escolher o que fazer, mencionado por 11 pessoas. A FUNAI não impede, mas também não apoia o turismo, conforme informado por 10 entrevistados. Outras 9 pessoas afirmaram que nas primeiras tentativas de implantar o turismo, a FUNAI alegou que era proibido. A FUNAI não proíbe, ela se preocupa com a organização e a forma como o turismo vai ser desenvolvido, mas também não tem pessoal capacitado para lidar com o turismo, mencionado por 7 entrevistados. Por fim, 6 respondentes relataram que a FUNAI sempre coloca barreiras diante do turismo, alega que a legislação não permite seu desenvolvimento.

Na sequência, apresenta-se a subcategoria DT_3. Capacitação para o turismo. Os temas mais evidentes foram: Maioria dos respondentes já passou por diversas capacitações, conforme comentaram 15 pessoas. Outras 10 pessoas disseram que a capacitação acontece desde 1995 e iniciaram com as oficinas do PNMT. Novamente 10 entrevistados responderam que os que atuam na coordenação do turismo já fizeram vários cursos, mas precisam de atualização. Por fim, 6 respondentes disseram que os jovens querem trabalhar no turismo e precisam de capacitação, como mostram as falas dos entrevistados E8 e E17, a seguir: *“Maioria das pessoas que estão ligadas ao turismo tem capacitação. Mas tem muitos jovens que já querem trabalhar no turismo e nunca participaram de nenhum curso. Então precisamos de mais capacitação.”* (E8).

A capacitação foi uma das melhores coisas que aconteceram aqui. Porque os moradores receberam orientações para que não degradem o meio ambiente, para receber bem e conduzir os turistas. As pessoas da comunidade tem consciência de como podemos trabalhar sem degradar o meio ambiente. (E17).

A terceira categoria aborda o Turismo e sua influência no desenvolvimento local sustentável, foi condensada em quatro subcategorias, são elas: INF-1. O que o turismo representa para os indígenas; INF-2. Influência na sustentabilidade econômica; INF-3. Influência na sustentabilidade ambiental; INF-4. Influência na sustentabilidade sociocultural, conforme Tabela 4.

A respeito da subcategoria INF_1. O que o turismo representa para a comunidade, as respostas mais frequentes foram as seguintes: Turismo é uma alternativa para o desenvolvimento econômico das comunidades indígenas, citada por 20 pessoas; O turismo

traz autonomia e controle para as comunidades aproveitarem suas potencialidades, comentado por 12 pessoas e; Turismo gera emprego e renda para a comunidade, relatado por 11 pessoas. Conforme se verifica na fala do entrevistado E11, “o turismo representa o nosso futuro, nosso desenvolvimento, porque é uma forma da gente ter mais autonomia e aproveitar todas as potencialidades da nossa comunidade e gerar mais empregos”.

O respondente E14 corrobora que o turismo,

É um passo muito importante para as comunidades indígenas, pois além de abrir uma nova frente de trabalho, reduz a migração dos jovens da comunidade para a cidade em busca emprego. E possibilita, principalmente, não ter a perda em massa da nossa cultura, que já está bastante fragilizada, devido, entre outras coisas, a migração para buscar trabalho fora das aldeias. (E14).

Tabela 4:

Influência do turismo no desenvolvimento local sustentável

CATEGORIA 3	SUBCATEGORIAS	TEMAS ABORDADOS	E1	E2	E3	E4	E5	...	E40	TOTAL
Influência do turismo no desenvolvimento local sustentável	INF_1. O que o turismo representa	Alternativa de desenvolvimento econômico para as comunidades indígenas.	0	1	0	0	0	0	0	20
		Autonomia e controle para a comunidade aproveitar suas potencialidades.	0	0	0	0	1	0	0	12
		Emprego e renda para a comunidade.	0	1	0	0	0	0	0	11
	INF_2. Influência na sustentabilidade econômica	Influencia porque gera mais emprego e renda para a comunidade. E os investimentos em infraestrutura podem beneficiar a coletividade.	1	1	1	0	0	0	0	29
		Melhorias para toda a comunidade, pois um percentual da renda do turismo é revertido em benefícios da coletividade.	0	0	0	1	0	0	0	11
	INF_3. Influência na sustentabilidade ambiental	O índio sempre teve essa consciência, por depender da terra, do meio ambiente para viver.	1	1	0	0	0	0	0	22
		Influencia no sentido de ajudar a preservar o meio ambiente.	0	1	0	0	0	0	0	9
		Turistas e visitantes são orientados a não deixar lixo na comunidade.	1	0	0	0	0	0	1	7
		Desde que seja bem planejado e organizado, respeitando a cultura indígena. Precisa ter apoio do poder público.	1	0	0	0	0	0	0	19
	INF_4. Influência na sustentabilidade sociocultural	Inclusão dos idosos. Eles contam as lendas e histórias de antepassados; os artesãos ensinam os turistas a fazer artesanato; as mulheres trabalham na cozinha; os jovens fazem apresentação de dança.	0	1	1	0	0	0	0	9
		Influencia na valorização da cultura e da língua materna.	1	0	0	0	0	0	0	7

Na subcategoria Influência na sustentabilidade econômica, observou-se que vários respondentes tem uma visão positiva quanto aos benefícios econômicos do turismo. Nesse contexto, o entrevistado E3 afirma que,

A comunidade já percebeu que o turismo traz benefícios, e está cada vez mais engajada com essa ideia. É mais dinheiro, mais emprego, mais infraestrutura pra comunidade. Todos ganham, porque ficou acertado que um percentual dos ganhos do turismo vai ser investido em melhorias pra toda a comunidade. (E3).

O entrevistado E11 comentou que *Já enxergo esse desenvolvimento porque através do turismo as pessoas sempre tem um dinheiro extra. O turismo também tem melhorado o interesse nos mais jovens de ficar e trabalhar na comunidade”*.

Quanto a subcategoria INF_3 Influência na sustentabilidade ambiental, observou-se que 22 respondentes afirmaram que índio sempre teve essa consciência, por depender da terra, do meio ambiente para viver. Outros 9 respondentes concordam que o turismo influencia na sustentabilidade ambiental. Por fim 7 respondentes apontaram que influencia na educação ambiental, tendo em vista que os turistas são orientados a não deixar seu lixo na comunidade.

A subcategoria INF_4 trata da influência da sustentabilidade sociocultural. Nessa subcategoria, 19 entrevistados relataram que se bem planejado e organizado, respeitando a cultura indígena e com o apoio do poder público, o turismo pode ser considerado sustentável. Dentre os respondentes, 17 mencionaram que o turismo influencia na sustentabilidade sociocultural, o que é observado na inclusão dos idosos. Que são convidados a contar as lendas e histórias de antepassados; os artesãos ensinam os turistas a fazer artesanato; as mulheres trabalham na cozinha; os jovens fazem apresentação de dança. Já a influência na valorização da cultura e da língua materna, foi pontuada por 7 respondentes.

Antes de continuar a discussão acerca da análise do turismo indígena realizado na Reserva Indígena São Marcos, é pertinente relembrar a definição de turismo indígena. Que segundo Hinch e Butler (1996) é a atividade turística em que os povos indígenas estão diretamente envolvidos e têm controle sobre a atividade. Assim, o turismo que vem acontecendo nessas comunidades se evidencia como o autêntico turismo indígena, tendo em vista que eles próprios organizam e gerenciam a atividade, com a mínima participação do Governo, ONGs ou qualquer outra instituição. Os entrevistados concordam que o turismo é uma alternativa para o desenvolvimento local sustentável das comunidades, pois geram novas oportunidades de emprego e renda, além de promover a autonomia e controle dos residentes no sentido de aproveitar as potencialidades culturais e naturais existentes.

Quanto a organização do turismo, observou-se que existe uma equipe que coordena e opera as atividades de turismo. As equipes são compostas por dez a quinze indígenas, a maioria possui formação de guia local, e trabalham em regime de escala. Esses dados caracterizam o turismo indígena nas comunidades em questão, pois conforme Hinch e Butler (1996) e Zeppel (2006) o turismo indígena é aquele em que o produto turístico é de propriedade, emprega e é operado pelos povos indígenas.

Verificou-se que as comunidades da reserva São Marcos têm sido, ao longo dos anos, protagonistas, ainda que emergentes, de seu próprio desenvolvimento. Como comenta Buarque (1996), o desenvolvimento local mobiliza e explora todas as potencialidades locais, a fim de que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais, no contexto social, econômico e ambiental, tornando-se assim, consistente e sustentável. Em outras palavras, os sujeitos locais (no caso os indígenas), são os responsáveis pelos seus próprios projetos de desenvolvimento local. Entretanto, evidenciaram a necessidade de apoio do poder público, especificamente no que consiste a regulamentação do turismo em terras indígenas, bem como na criação de políticas públicas de incentivo à atividade.

CONCLUSÃO

A atividade turística que vem sendo praticada nas comunidades é fruto da organização dos próprios residentes, que aproveitaram suas potencialidades culturais e naturais para atrair visitantes, gerar emprego e renda para os moradores. Existe uma equipe que coordena e organiza o turismo, geralmente trabalham em regime de escala. Eles organizam um rodízio de pessoas que atendem a demanda de turistas, de forma que todos os envolvidos participem da atividade.

No que se refere ao aspecto econômico, pôde-se constatar, de maneira geral, um incremento na renda dos moradores da comunidade. A infraestrutura incipiente ainda é considerada um dos principais entraves ao desenvolvimento do turismo, seguida da ausência de regulamentação da atividade. Os indígenas acreditam no turismo como alternativa para alcançar o desenvolvimento local, contudo, os resultados da atividade ainda tem se apresentado de forma lenta, principalmente em função de não ter apoio do poder público. Os indígenas reivindicam apoio, no sentido da elaboração de políticas públicas de incentivo ao turismo. Ao mesmo tempo almejam informações sobre acesso ao crédito para investir em

infraestrutura, pois como mencionado anteriormente, as comunidades não possuem infraestrutura adequada para receber turistas.

No aspecto sociocultural, destacou-se o aumento na autoestima dos moradores. A cultura indígena voltou a ser valorizada e os mais jovens demonstram interesse em permanecer nas comunidades para trabalhar no turismo. Já no aspecto ambiental verificou-se a preocupação com a conservação do meio ambiente, com a redução das queimadas, a manutenção das trilhas e limpeza nos arredores da comunidade.

Os povos indígenas das comunidades pesquisadas reivindicam autonomia e controle sobre suas atividades e suas terras, e o turismo tem contribuído para isso. Entretanto, ainda requer a atenção e atuação do poder público no sentido de regulamentar o turismo indígena, orientar as lideranças indígenas quanto a existência e acesso ao crédito para financiamento de infraestrutura turística nas comunidades, bem como no monitoramento da atividade. De modo que o turismo se torne uma atividade que promova, de fato, um desenvolvimento local sustentável para os povos indígenas da Amazônia.

Espera-se que os achados desta pesquisa possam contribuir para melhor compreender essa atividade ainda pouco estudada do Brasil.

BIBLIOGRAFIA

Alves-Mazzotti, A. J. (1998). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira.

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luis Alvaro Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Persona.

Barbieri, J. C., Vasconcelos, I. F. G., Andreassi, T. & Vasconcelos, F. C. (2010). Inovação e Sustentabilidade: Novos Modelos e Proposições. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 50(2).

Brandao, C. N., Barbieri, J. C., & Reyes, E. (2011). *O Campo de Estudo do Turismo Sustentável em Comunidades Indígenas*. In: XIII Anais ENGEMA - Encontro Nacional sobre de Gestão Empresarial e Meio Ambiente. São Paulo.

Berg, B.L. (2004). *Qualitative research methods for the social science*. 5th ed. Allyn and Bacon.

Buarque, S.C. (2006). *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável: metodologia de planejamento*. Rio de Janeiro: Garamond.

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento [CMMAD]. (1991). *Nosso futuro comum*. 2 ed. Tradução de *Our common future*. 1a ed. 1988. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento [CNUMAD]. (1992). Rio de Janeiro, 3-14 jun. Disponível em: <http://www.un.org/geninfo/bp/enviro.html>, acessado em 23 de janeiro de 2012.

Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3 ed. Porto Alegre: Artmed.

Commission on Sustainable Development [CSD]. (1999). *Tourism and sustainable development sustainable tourism: a non-governmental organization perspective*. Seventh Session 19-30, New York. Disponível em: <http://www.gdrc.org/uem/eco-tour/ngo4.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2011.

Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. (2008). Nações Unidas, UNIC/Rio/023-Mar.2008. Disponível em: <http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2012.

Decreto Legislativo nº 312 de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena São Marcos, no Estado de Roraima. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF.

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução: Joice Elias Costa. 3.ed. Porto Alegre: Artmed.

Hinch, T. & Butler, R. (1996). *Indigenous tourism: A common ground for discussion*. London: International Thomson, Business Press.

Hunter, C. & Green, H. (1995). *Tourism and the environment: a sustainable relationship?* London; New York: Routledge.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2008). *Indicadores de desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro, IBGE. Censo 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rr&tema=resultuniverso_censo2010.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *População censo 2010*. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_roraima.pdf

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA]. (1996). *Cadernos Comunidade Solidária*, v.6. jun.1998. Brasília: IPEA.

Jara, C.J. (1998). *A sustentabilidade do desenvolvimento local*. Brasília: Instituto do Desenvolvimento de Cooperação par a Agricultura (IICA); Recife; Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco-Seplan.

Lélé, S. (1991). *Sustainable development: a critical review*. World Development. London: Pergamon Press, 19, 6.

Ministério do Turismo. (2004). *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas*. Brasília: Ministério do Turismo.

Ministério do Turismo. (2004). *Segmentação do turismo: marcos conceituais*. Brasília.

Ministério do Turismo. (2006). *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Introdução à Regionalização do Turismo*. Brasília. 2006.

Ministério do Turismo. (2007). *Plano Nacional de Turismo 2007/2010 – Uma viagem de inclusão*. Brasília.

Organização Mundial do Turismo [OMT]. (2001). *Programa de Municipalização do Turismo – Manual de municipalização do turismo*. 2.ed. Brasília: EMBRATUR; OMT.

Organização Mundial do Turismo [OMT]. (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Roca.

Organização Mundial do Turismo [OMT]. (2005). *Tourism highlights*. WTO: Madrid. Recuperado em 28 de julho de 2012, de <http://www.world-tourism.org/facts/wtb.html>

Reid, S.; Ruhanen, L., Davidson, M. (2010). *Legal basis for state and territory tourism planning*. National Library of Australia.

Resolução da Assembleia Geral 41/128. (1986). *Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento*, 4.12.1986. Recuperado em 13 de junho, 2012, de http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/direitos-humanos/decl_direito_ao_desenvolvimento.pdf

Sachs, I. (1993). *Estratégias de transição para o século XXI – Desenvolvimento e Meio Ambiente*. São Paulo: Studio Nobel – Fundação para o desenvolvimento administrativo.

Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.

Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento de Roraima. (2009). *Anuário Estatístico de Roraima 2009*. Boa Vista: CGEES/SEPLAN/Roraima.

Secretaria de Estado do Índio. (2010). *Programa Territórios da Cidadania. Plano de Etnodesenvolvimento do Território Indígena Raposa Serra do Sol e São Marcos - PTEI*. Roraima.

- Simmons, D. (1999). *Eco-tourism : product or process*. In: Conference, Landcare Crown Research Institute, Te Papa, Wellington.
- Smith, T. (2006). Welfare, enterprise, and aboriginal community: the case of the western australian kimberley region. *Australian Economic History Review*. 46(3).
- Spinola, C. A. (2006). O ecoturismo, o desenvolvimento local e a conservação da natureza em espaços naturais em espaços naturais protegidos: objetivos conflitantes? *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Salvador, 13, 50-59.
- Swarbrooke, J. (2000). *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. Vol.1. Tradução de *Sustainable tourism management*. Oxon: CABI. São Paulo: Aleph.
- United Nations [UN]. (n.d). *Declaration on the Right to Development - A/RES/41/128*. Recuperado em 26 de outubro de 2011, de <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r128.htm>
- United Nations [UN]. (2008). *Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual - 2008*. New York.
- Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano [UNEP]. (1992). Rio de Janeiro, 3-14 jun. Recuperado em 23 de janeiro de 2012, de <http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?DocumentID=97&ArticleID=1503&l=en>
- World Tourism Organization [UNWTO]. (2008). *Making tourism more sustainable: a guide for policy makers*. United Nations Environment Programme and World Tourism Organization. France; Spain.
- Weaver, D. (2010). Indigenous tourism stages and their implications for sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*. 18(1), 43-60.
- Zeppel, H. (2006). *Indigenous ecotourism: sustainable development and management*. CABI.